Educação Superior a Distância: seus instrumentos avaliativos são o caminho para a qualidade?

São Paulo – SP – 04/2015

Rodrigo Oliveira Santos – Universidade Metodista de São Paulo – r.olisantos@gmail.com

Adriana Barroso de Azevedo – Universidade Metodista de São Paulo –
adriana.azevedo@metodista.br

Classe: Investigação Científica (IC): Pesquisa

Setor Educacional: Educação Superior

Classificação das Áreas de Pesquisa em EaD: Formas de Assegurar a Qualidade

Natureza: Descrição de Projeto em Andamento

RESUMO

A educação a distância pode parecer recente, caracterizada pelas mais completas soluções tecnológicas de informação e comunicação, pois está no íntimo das evoluções sociais a necessidade de descobrir o novo e propiciar a adequada difusão dos conhecimentos adquiridos. Ao observar como a educação a distância pode contribuir para o desenvolvimento das pessoas, principalmente na educação superior brasileira, as práticas avaliativas, através de seus instrumentos já estabelecidos, buscam alguma forma de impingir qualidade, porém, estas práticas sofrem um desvio, ou mesmo um desentendimento enquanto sua aplicação. O objetivo, assim, é estimular uma reflexão sobre como o desenvolvimento da educação superior a distância no Brasil e seu processo avaliativo seriam capazes de ser mais efetivos, se considerado o que a tecnologia e seus envolvidos podem contribuir quando adequadamente avaliados. Questiona-se assim se seriam os atuais instrumentos de avaliação, e também seu referencial de qualidade, ultrapassados ou mal aplicados, afim de aferir tais critérios no ensino superior a distância. Do ponto de vista teórico, autores apresentam críticas diretas a ação do Estado ou mesmo às formas mais adequadas de se avaliar a aplicação de tecnologias na educação, como Moran (2012) e Gomes (2009), cuja observações demonstram certo descompasso com a realidade mundial.

Palavras chave: educação a distância; avaliação, qualidade.

Ao falar sobre educação a distância tem-se a ideia de que é algo muito recente, somente possível de acontecer com o massivo apoio de modernas tecnologias de informação e comunicação, servidores de alta performance ou mesmo rápidas conexões de internet, porém, se observarmos em sua essência, a simples busca por conhecimento possibilitou o desenvolvimento de meios para se difundir os mais diversos saberes, não importando o local. Há certa indefinição sobre qual local teria surgindo o que se entende por educação a distância. O mais acertado é que a partir do século XVIII, com o desenvolvimento dos correios, houve um avanço na distribuição de material impresso, e comunicação bidirecional entre aluno e professor, massificando assim o acesso a conhecimentos antes restritos, graças aos avanços tecnológicos da época, muito impulsionados pela revolução industrial e o crescimento do uso das ferrovias.

Breve contextualização histórica da educação a distância

Moore e Kearsley (2007, p. 26) apresentam o desenvolvimento da educação a distância como gerações ou evoluções, na seguinte ordem: correspondência, transmissão por rádio e televisão, universidades abertas, teleconferência e internet.

A primeira geração, favorecida pela revolução industrial e pelas ferrovias que facilitam as distâncias, principal responsável pela logística naquele momento, proporciona os primeiros movimentos do que se entende por Educação a Distância – por correspondência. Os serviços postais para envio e recebimento de impressos era um meio de baixo custo e altamente confiável. Segundo Nunes (2009, p.2) nos EUA, em 1728 aparecem os primeiros anúncios em jornal de um curso via correspondência. Em seguida, na Grã-Bretanha o anúncio em 1840 de um curso de taquigrafia é anunciado, também por correspondência. Ao longo dos anos, surge em Chicago, em 1882 a Divisão de Ensino por Correspondência e muitos outros institutos, tanto nos EUA como na Europa.

A segunda geração se dá por volta dos anos 1920 com as transmissões via rádio e posteriormente televisão. A pioneira foi a Universidade de Salt Lake City, nos EUA, em 1921, que utilizou o rádio, mas logo partiu para as transmissões via televisão. Em 1934, a Universidade Estadual do Iowa

passou a desenvolver programas voltados a Educação a Distância. Após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos 1945 e 1950, houve apoio do governo norte-americano e de algumas instituições particulares que contribuíram financeiramente para a produção de programas em canais comerciais nos EUA e Europa.

A terceira geração é marcada pelo surgimento da Universidade Aberta em 1964, com o projeto Mídia de Instrução Articulada – (AIM - *Articulated Instruction Media Project*), pela Universidade de Wisconsin, nos EUA, e pela Universidade Aberta da Grã-Bretanha. Moore e Kearsley (2007, p. 34) relatam sua finalidade:

“Testar a ideia de agrupar (isto é, articular) várias tecnologias de comunicação, com o propósito de oferecer um ensino de alta qualidade e custo reduzido a alunos não-universitários. As tecnologias incluíam guias de estudos impressos e orientação por correspondência, transmissão por rádio e televisão, audioteipes gravados, conferências por telefone, kits para experiência em casa e recursos de uma biblioteca local. Também articulado no programa havia o suporte e a orientação para o aluno, discussões em grupos de estudo locais e o uso de laboratórios das universidades durante o período de férias”. (MOORE E KEARSLEY, 2007, p. 34).

O AIM deixou sua marca na Educação a Distância no final da década de 1960 e começo de 1970 por seu sistema total e integrado, tornando-se oficialmente uma Universidade Aberta, dirigida aos não universitários, em 1964. Nos anos 1980 os computadores passam a integrar os meios utilizados no uso e na transmissão do ensino, o que possibilitou uma renovação e aprimoramento no material didático.

A quarta geração tem início em 1980 nos EUA com as teleconferências, muito parecidas com os métodos tradicionais, por agrupar um maior número de alunos, agradou aos educadores ao proporcionar integração entre alunos, tirando-os do isolamento nos estudos, algo tão incômodo para os educadores tradicionais. Utilizava-se de vídeos e áudios transmitidos via satélite, aprimorados ao longo dos anos 1980 e 1990.

A quinta geração se desenvolve a partir dos anos 1980 com o uso dos computadores pessoais (PCs). Logo a Internet revoluciona a comunicação, assim como o acesso à Educação a Distância, pois surgem cada vez mais novos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), com suas classes virtuais, que oferecem ao aluno material didático composto por vídeo, biblioteca e videoteca, além de ferramentas que proporcionam interatividade, como salas

de Chat, Fóruns de discussão, mensageiros e outros meios de comunicação, esta geração chega ao século XXI amplamente apoiada pelas Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC's).

A educação a distância no Brasil

Ao analisar o desenvolvimento da educação a distância no Brasil, seguindo as gerações apontadas por Moore e Kearsley, temos situações bastante pontuais que colaboram para um olhar mais atento aos dias atuais quanto ao seu desenvolvimento e qualificação.

Segundo Alves (2009, p.9) levantamentos realizados por pesquisadores, em diversas fontes, apontam que somente pouco antes dos anos 1900 foi possível encontrar em jornais, anúncios de cursos de datilografia através de correspondência. Com o rádio, enquanto meio de comunicação muito presente nos lares brasileiros, é a partir de 1925 que surge a primeira iniciativa de transmissão de cursos, palestras ou recitais, com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que futuramente se tornaria a Rádio MEC por volta de 1940, mantendo sua essência formativa. Em paralelo, ainda utilizando o rádio, enquanto TIC, em São Paulo surge a Universidade do Ar, com pequenos cursos formativos para atender demandas da área de comércio e serviços capitaneado pelo SENAC.

Apenas em meados de 1970, a televisão, já bastante popular, passa a ser instrumento educativo com a transmissão de programas para formação de jovens e adultos. Esta possibilidade de utilizar a educação a distância para formação regular é prevista na Lei de Diretrizes e Bases de 1971, possibilitando assim, através do Telecurso, produzido pela Fundação Roberto Marinho e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o desenvolvimento de ações formativas, ao que se chamava de 1º e 2º graus, respectivamente fundamental e médio nos tempos atuais. Até então o país era avançado no desenvolvimento de programas com objetivo formativo, utilizando meios de comunicação e informação alinhados ao que acontecia em outros países da Europa, Ásia e Américas, porém este desenvolvimento estagnou-se. Somente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 é que o Brasil retoma suas ações de organização do sistema educacional com um olhar amplo, agregando o uso de tecnologias enquanto meio de difusão, com a Lei de

Diretrizes e Base – LDB de 1996 e suas leis e decretos complementares, retomam-se as ações visando a aplicação de tecnologias mais atualizadas na ação educativa em todos os âmbitos.

A EAD no ensino superior no Brasil

Com todos os movimentos relacionados, a educação a distância ocorre no mundo e no Brasil, historicamente, sempre sob forte influência das tecnologias e inovações que ocorrem na Europa e América do Norte, é de se imaginar que, tão logo ocorra os primeiros movimentos da oferta de cursos superiores a distância no exterior, o mesmo ocorra aqui. É interessante constatar que o primeiro movimento conhecido na oferta de cursos superiores a distância de forma ampla e declarada no país ainda no início do século XX. Publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em 19 de maio de 1913, o que seria uma ata de reunião da *Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro*¹ onde seu vice diretor, dr. Alberto Sousa, em discurso a Congregação da Faculdade, apresenta a necessidade de colocar em prática três princípios que levaram a fundação de tal instituição, que eram: ter um curso exclusivamente jurídico, essencialmente prático; rápido, cômodo e pouco oneroso “*ao alcance de todas as inteligências activas (sic) e de todas as bolsas*”². Durante seu discurso ele declara que “para atender ao terceiro requisito adotou-se o curso por correspondência, de que falarei com mais precisão e detalhe”. O detalhamento de como seria o funcionamento do curso de Direito a distância, traz o que observamos na atualidade como comum ou mesmo corriqueiro. Em defesa desta modalidade de educação, dr. Alberto Sousa já busca eliminar qualquer preconceito quanto a validade do conhecimento desenvolvido.

“Quanto às vantagens dos cursos por correspondência, já as preconizou, em eruditos artigos, que temos reproduzido no “Estado” o distinto engenheiro baiano Dr. Joaquim Gonçalves. Aliás, o antigo exemplo da América do Norte, modernamente seguido com grande sucesso na Inglaterra e em França, fala vantajosamente em favor desse método. Nos Estados Unidos e na Inglaterra fazem o curso por correspondência indivíduos de todos os países do mundo, que nunca prestaram exames pessoais; que, apesar disso se diplomam e exercem com êxito na vida prática as profissões em que se diplomaram. Nós, rendendo forçada homenagem aos preconceitos do meio, exigimos que os alunos por correspondência venham fazer uma prova oral das matérias aprendidas durante o ano, perante as nossas bancas examinadoras, com exceção dos que rezidam em Estados longínquos ou ao estrangeiro.” (O ESTADO DE S. PAULO. EDIÇÃO DE 19 DE MAIO DE 1913, PAG. 8)

Em outro trecho de sua explanação é apresentado, brevemente, como poderia funcionar o curso com as vantagens já divulgadas por um professor de Cambridge.

“O ensino por correspondência, como sabeis, consiste em mandar o professor aos seus alunos a lição do dia, impressa, ou um sumário déla; o de época em época um formulário com perguntas diversas, a que o aluno deverá responder demonstrando o gráo de aproveitamento. Este interrogatório, que é um verdadeiro exame parcial escrito, é tão racionavel e produz tão bons resultados que o professor Stuart, de Cambridge, o adotou para os alunos que frequentavam pessoalmente suas aulas, como um substitutivo dos exames orais públicos”. (O ESTADO DE S. PAULO. EDIÇÃO DE 19 DE MAIO DE 1913, PAG. 8)

E encerra sua fala demonstrando como esta possibilidade de uso das tecnologias vigentes a época faz com que educação seja acessível e ampla, quando trata-se da inclusão no ensino superior.

O nosso método, abre, portanto ao ensino superior de nosso país, novos e dilatados horisontes. Oxalá todos nós nos compenetrems de nossa responsabilidade nesta moderna tentativa e do relevante papel que acabamos de assumir, propugnando, através dos atribiliosos baldões dos néscios e dos despeitados, pela causa, empiternamente simpática, da instrução popular no seu mais alto gráo!” (O ESTADO DE S. PAULO. EDIÇÃO DE 19 DE MAIO DE 1913, PAG. 8)

É muito interessante observar, nas colocações aqui feitas, a organização da educação superior a distância e perceber que, cem anos depois, os princípios que norteiam o desenvolvimento pedagógico – o fazer, o validar, são os mesmos, e a preocupação ou “essência” enquanto inclusão social através da formação profissional é sempre presente.

Esta oferta de um curso superior a distância, em mais de um século, talvez nunca tenha sido recebido acompanhamento, ou mesmo de interesse, enquanto inclusão ou transformação de possibilidade de acesso. Basta observar os planos nacionais de educação que regiam esta época. No âmbito do ensino superior, este tema será tratado com mais atenção oitenta anos mais tarde, com a publicação da Lei N. 9.394, de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, o Art. 80 determina que o poder público incentivará o desenvolvimento e veiculação de programas de EAD em todos os níveis. Esta Lei, com o “viés renovador” para a educação brasileira, dependia ainda da regulação que surge somente nove anos depois, através do Decreto N. 5.622 de 19 de dezembro de 2005, apresentando de fato

como deverá se organizar o desenvolvimento didático-pedagógico de cursos e programas apoiados por meio de tecnologias de informação e comunicação.

Se no momento em que surge no país tal ação de oferta de curso a distância no século passado, o governo tivesse incluído em seus planos esta modalidade, e já criado um modelo de avaliação que nos permitisse hoje, no século XXI, atuar com todas as possibilidades existentes de TIC's talvez não tivéssemos problemas com os instrumentos avaliativos atuais, irresolutos em suas definições em algumas situações.

Hoje podemos chegar a duas hipóteses sobre os instrumentos e seus avaliados. A primeira seria que as instituições de ensino superior habilitadas e envolvidas na oferta EAD adotaram posturas imaginárias a partir da relação Aluno x Professor, talvez por uma incompreensão de sua aplicabilidade ou mesmo funcionamento – ou seja, posicionando-se com uma atitude de construção do conhecimento semelhante a transmissão de conteúdo, seguindo protocolos e blocos homogêneos a fim de atender uma cartilha mal construída. A segunda hipótese baseia-se na essência do compromisso social de transmissão de conhecimento e, ao mesmo tempo, na situação de formação de mão de obra para o mercado de trabalho que, na complexidade dos fatores envolvidos (Aluno x IES x Atendimento no desenvolvimento por parte das instituições educacionais), possibilitaria uma ampliação tamanha onde o governo federal é incapaz de regular, avaliar e revalidar suas premissas.

Poderíamos ter avançado em uma centena de anos no tema educação a distância se fosse dada a devida atenção desde então, se seus pré-conceitos e pré-julgamentos fossem esclarecidos e desmistificados com processos avaliativos construtivos e desenvolvedores de uma nova modalidade capaz de chegar a todos os lugares.

O papel da Resolução N. 5.622/2005 no desenvolvimento da educação superior a distância e seu processo avaliativo

A partir do momento que o Art. 80 da LDB sinaliza a importância do papel da União na garantia da qualidade de oferta da educação a distância como modalidade, e não como metodologia, é necessário que o debate sobre o tema e o processo avaliativo sejam amplos, no sentido de acompanhamento

das novas tecnologias que poderão surgir e a sua contribuição para o desenvolvimento educacional.

EaD não se constitui em metodologia, mas como modalidade educativa que se organiza por meio do tripé metodologia, gestão e avaliação, que, por sua vez, devem se materializar na ação articulada entre as políticas, o PDI, as Diretrizes Curriculares e o PPC. Trata-se de questão fundamental, pois a compreensão da EaD como metodologia é reducionista e tecnicista, sendo uma concepção amplamente divulgada no campo a ser superado, enquanto que, como modalidade educativa, a EaD é entendida como processo pedagógico amplo que articula espaço e tempo... (CNE – Conselho Nacional de Educação, 2014, p.13)

Esta visão reducionista e tecnicista da educação a distância no Brasil, enquanto metodologia e não como modalidade educativa, por alguns envolvidos no processo avaliativo sem alguma vivência na prática da EAD, pode representar às entidades educacionais, num primeiro momento, um entrave quanto ao uso de novas formas de comunicação e difusão do conhecimento, ao criar padrões semipresenciais com o objetivo de manter ou aprovar seus processos.

Gilberto (2012, p.40) aponta que a regulação da educação a distância possibilitou às instituições de ensino superior adaptar-se a nova metodologia de ensino. Até então, outras resoluções e portarias definiam situações pontuais do uso de tecnologias, porém esta permitiu as instituições a organização de seus centros de educação a distância.

Mesmo definindo como uma modalidade de ensino e aprendizagem que utiliza meios e tecnologias da informação e comunicação, o decreto N. 5.622/2005, em seu arcabouço legal, define como obrigatórios momentos presenciais específicos para: I - avaliações de estudantes; II - estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV - atividades relacionadas a laboratórios de ensino. Esta necessidade de organização e atendimento presencial apresenta a necessidade quanto a prática do acompanhamento qualitativo destes polos presenciais. O predomínio de um modelo legal para o desenvolvimento do EAD chama atenção, assim, quanto a necessidade de qualidade, tendo o modelo semipresencial como base, Moran (2012) aponta que:

O MEC, preocupado com a qualidade, propõe parâmetros para organizar um processo em expansão rápida e com algumas instituições com mais preocupação mercadológica do que

pedagógica. A legislação atual no Brasil privilegia o modelo semipresencial, com acompanhamento dos alunos perto de onde moram, e mostra desconfiança pelo modelo de acompanhamento on-line, principalmente em cursos de graduação. Se em outros países com mais tradição em EAD – como a Inglaterra, a Espanha e a Austrália – existem diversos modelos de educação a distância, se cada universidade pode definir sua forma de atuar e ainda obtém resultados satisfatórios, por que devemos nos centrar num modelo semipresencial como condição indispensável para o reconhecimento legal? (MORAN, 2012, p.28 e 29)

Gomes (2009, p.23), em direta crítica ao que chama de “mão do Estado”, fala que a legislação brasileira conduz a algumas indagações como: “se a mão do Estado era necessária, que poder moralizador ela tem para impedir a irrupção de oportunidades educacionais à mão cheia e assegurar a qualidade?”

Esta desconfiança, latente até hoje com o modelo de acompanhamento *on-line*, torna difícil o equilíbrio entre o pedagógico (desenvolvimento de atividades, conteúdos, tutoria, entre outros) e o econômico (investimento em pesquisa e desenvolvimento, tecnologias, rentabilidade e retorno de investimentos). Além disto, ainda existe a situação da organização local dos polos de apoio presencial que, ao longo do período do que podemos chamar de consolidação do EAD no Brasil, tornaram-se pequenas estruturas universitárias com laboratórios, acervo bibliográfico extenso, tutoria presencial, além das atividades presenciais obrigatórias, a fim de atender o que se entende por qualidade.

Esta necessidade legal de aproximar a educação a distância no Brasil do modelo semipresencial torna fatigante a principal contribuição da modalidade, que é proporcionar o acesso à formação a qualquer pessoa, em qualquer local, apoiada por meios e tecnologias. Ora, se hoje possuímos condições tecnológicas e comunicacionais que permitem total interação entre Aluno x Professor e Aluno x Conteúdo, quais são os critérios de fato necessários e utilizados pelo governo federal e suas instâncias legais para avaliar cursos e instituições de ensino na modalidade a distância? Seriam os atuais instrumentos de avaliação e também seu referencial de qualidade ultrapassados ou mal aplicados por aqueles que se capacitam para aferir se há qualidade no ensino superior a distância?

Considerações Finais

Há nos processos regulatórios uma infinidade de possibilidades de ajustes que possibilitam melhorias na oferta de cursos a distância, principalmente na formação superior, entretanto, ouvir com maior devotamento as experiências dos avaliados, pode trazer à luz das necessidades atuais um novo olhar e, quem sabe, um novo norteamento ao que se espera enquanto qualidade na EAD. Moran (2012) traz, com o exemplo de experiências bem desenvolvidas, a possibilidade de uso de diversas formas de desenvolvimento da educação a distância com todo o recurso tecnológico existente, sem que haja perda de qualidade ou direcionamento para um único modelo de “fazer” EAD. Quando lidamos com qualidade temos a necessidade de não manter engessada as possibilidades de melhorias.

Já dizia Heráclito: Nada é permanente, salvo a mudança.

Bibliografia

- BRASIL. **Decreto no 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Último acesso em 25 de outubro de 2014.
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 25 outubro 2014.
- FACULDADE LIVRE DE DIREITO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19 de mai. de 1913. Página 9.
- GILBERTO, I. J. L. A educação a distância no cenário das políticas educacionais. **Educação & Linguagem**. v.15 n.25. São Bernardo do Campo : UMESP, p. 36-51, jan-jun 2012.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.
- MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. **Distance Education: A Systems View of Online Learning**. Wadsworth : Cengage Learning, 2007.
- MORAN, J. M. O ensino superior a distância no Brasil. **Educação & Linguagem**. v.15 n. 25. São Bernardo do Campo: UMESP, p. 17-35, jan-jun 2012.

¹ A Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro será, após sua fusão em 1920 ao que conhecemos atualmente como Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

² A fim de manter a originalidade do texto publicado no jornal O Estado de S Paulo, em maio de 1913, foi mantida a grafia utilizada a época.